



FEMINISMO E ANTROPOLOGIA: UMA REVISÃO DO DEBATE RECENTE¹

Josefina Pimenta Lobato

Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e professora do Departamento de Antropologia e Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)

A minha intenção, ao tomar como tema deste trabalho o diálogo que se estabeleceu a partir dos anos setenta entre a antropologia e o feminismo não é fazer um estudo detalhado sobre essa questão, mas apenas trazer à tona alguns dos problemas e polêmicas que as investigações sobre as relações de gênero, assim suscitadas, trouxeram à reflexão antropológica.

Para melhor compreender o desafio lançado pelas teorias e concepções feministas que emergem nessa época não só à antropologia mas a vários campos do saber, é preciso lembrar que elas estavam fundamentadas em um movimento que visava denunciar o caráter essencialmente opressor das relações de gênero, até então acobertadas pela visão romântica do lar e da conjugalidade, e não apenas assegurar às mulheres, legal e efetivamente, a obtenção de certos direitos, tais como o de votar, o de ter acesso ao ensino superior ou ao trabalho remunerado. Essa transformação de uma das mais íntimas das relações humanas, principalmente se levar em conta as mediadas pela sexualidade e pelo casamento, em uma arena política, implícita no slogan "o pessoal é político", foi profundamente revolucionária para a época, embora hoje possa

parecer corriqueira ou até mesmo banal². A mobilização em torno da luta contra o *poder masculino* almejava abarcar nesse mesmo ideal mulheres de diferentes classes, raças, etnias ou nacionalidades³. Tal empenho fundamentava-se na concepção de que a subordinação feminina, apesar de ser um fato cultural passível de erradicação, e não algo natural e inevitável, era, ao mesmo tempo, universal ou quase universal, o que justificava o apelo transcultural dessa luta.

O problema teórico suscitado pela crença na universalidade de uma opressão, que se sabia e aceitava ser culturalmente construída e como tal contingente e arbitrário, levou as feministas⁴ a se voltarem para a antropologia. Os antropólogos, por sua vez, perguntavam-se sobre o que teriam a dizer a respeito dessa questão. Dessa conjunção de interesses constituiu-se, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, um novo campo de pesquisa e de reflexão antropológica que tem as mulheres como objeto de pesquisa primordial⁵. Isso não significa a inexistência anterior de investigações, publicações ou debates em que as mulheres fossem o tema central⁶, mas apenas que foi somente a partir desse momento que se instituiu uma especialização acadêmica com essa temática.

Uma das peculiaridades desse novo tipo de antropologia foi a fusão da perspectiva feminista e acadêmica. A maior parte dos participantes dos seminários, dos professores dos cursos e dos autores dos textos dessa especialização acadêmica são mulheres que não escondem sua opção política: elas são feministas. Com efeito, os antropólogos americanos que participaram da formação e consolidação da Antropologia da Mulher eram, em sua maior parte, mulheres que não negavam o caráter interessado do seu saber. Na

² A denúncia e exposição pública da violência contra as mulheres tornou-se tão frequente hoje em dia, seja ela física, sexual ou moral, que nos esquecemos que sua aceitação passiva e sua manutenção em segredo era tida como normal e natural até há bem pouco tempo.

³ A noção de *sisterhood* expressa e sintetiza essa idéia.

⁴ Não farei menção às diferenças que separam o feminismo liberal do radical, do marxista ou de quaisquer outros por considerar que essas não se fazem necessárias no nível genérico em que trato o problema da subordinação feminina.

⁵ Na Universidade de Stanford, foi realizado, em 1971, um curso cujo tema era: *As Mulheres Sob a Perspectiva Transcultural*, do qual se originou a coletânea: *A Mulher na Natureza, na Sociedade e na Cultura* (Rosaldo, Lamphere, 1979). Ainda em 1971, na Universidade de Michigan, o *Women's Study Program* e os Cursos de Antropologia da Mulher foram a fonte do livro *Toward an Anthropology of Women* (Reiter, 1975). Na Inglaterra, no encontro da *Association of Social Anthropologists* de 1977, foi discutida a forma pela qual os antropólogos têm usado os conceitos de natureza e cultura na exegese do simbolismo do gênero de outros povos que não os ocidentais. Como resultado dessas discussões e das ocorridas no *Women in Society in Research Seminary at Cambridge* foi publicado *Nature, Culture and Gender* (MacCormack, Strathern, 1980). Em Oxford, a *Oxford University Women's Studies Committee* organizou uma série de conferências sobre as mulheres que deram origem à publicações de vários livros, entre os quais *Women and Space* (Ardener, org. c.1981).

⁶ Como exemplo desse interesse pelo tema mulher têm-se, entre outros, Mead (1969), Landes (1938), Bates (1938), Kaberry (1939) e Evans-Pritchard (1971).

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no seminário interdisciplinar organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no dia 25 de novembro de 1991.

Introdução da coletânea, *A Mulher na Natureza, na Sociedade e na Cultura*, organizada por Michelle Rosaldo e Louise Lamphere, essas duas autoras afirmam sua condição de mulheres que, juntamente com inúmeras outras, tentam, naquele momento histórico, entender sua posição e mudá-la. O mesmo se pode dizer com relação à Introdução de *Toward an Anthropology of Women*. Nessa, Rayna Reiter diz que as questões que os articulistas da coletânea procuram responder não são meramente acadêmicas; elas surgiram de uma demanda das feministas e visam ajudá-las na luta contra o sexismo. Já na antropologia inglesa a interação entre as idéias feministas e os objetivos da investigação antropológica, embora não deixe de estar presente, não foi tão explicitamente assumida⁷.

As diferentes teorias construídas nessa época procuravam em geral estabelecer uma relação causal entre a opressão sofrida pelas mulheres e o papel por elas desempenhado no processo procriativo. O que se enfatizava nessa relação, todavia, era, antes de tudo, o sentido cultural e social da maternidade e não seu aspecto fisiológico. Seria realmente espantoso se ocorresse o contrário, ou seja, se antropólogos que sempre procuraram evidenciar a força da cultura na determinação do comportamento humano adotassem explicações que atribuísem as diferenças de *status* e de poder entre os sexos a fatores meramente biológicos, sejam esses hormonais, cerebrais, musculares ou mesmo procriativos.

Tomando em consideração não as diferenças metodológicas, mas a forma pela qual a destinação das mulheres à maternidade tem sido considerada, as várias explicações dadas à questão da universalidade da subordinação feminina agrupam-se em dois pontos de vista opostos. Em um deles, a maternidade aparece como um fardo, um peso que, impondo durante a gestação e a amamentação uma série de restrições quanto à mobilidade e à disponibilidade, coloca as mulheres férteis em uma situação desvantajosa se comparada à dos homens, que não sofrem esse mesmo tipo de limitação, facilitando assim a instituição e consolidação histórica da predominância masculina. No outro, que teve um número bem menor de adeptos, o potencial de poder e de autonomia que decorre da capacidade das mulheres de "dar a vida" é ressaltado, e a opressão a que elas estão submetidas é atribuída à necessidade, por parte dos membros do sexo masculino, de obter de alguma forma o domínio sobre elas, caso queiram exercer o controle da reprodução não da espécie humana enquanto tal mas da própria vida social. Com efeito, a perpetuação no tempo de uma família ou de uma sociedade depende do número de mulheres férteis disponíveis, a cuja

⁷Ver Ardener (1972), La Fontaine (1978) e MacCormack, Strathern (1980). Mitchell Oakley, todavia, já confessam explicitamente que os ensaios da coletânea por elas organizada "são respostas às demandas de uma perspectiva feminista" (1986p.15) (are response to the demands of a feminist perspective).

progenitura pode ser atribuído o estatuto de membro dessa sociedade ou dessa família. Embora seja possível conceber a existência de uma sociedade composta somente por mulheres, -o mito das Amazonas é uma prova disso-, o inverso seria inconcebível até mesmo a imaginação mítica. Uma sociedade constituída apenas de homens seria estéril, incapaz de se reproduzir e de se perpetuar no decorrer das gerações a não ser que seus membros obtivessem de alguma forma o direito de filiar, como seus, os filhos, gerados ou não por eles, de mulheres que vivem fora dela⁸.

Entre os antropólogos que enfatizam os entraves e desvantagens impostos às mulheres devido à sua destinação biológica à maternidade podemos citar, entre outros, Rosaldo (1979) e Ortner (1979), que nesse ponto compartilham das idéias de Simone de Beauvoir (1970) e Firestone (1970). Dessa perspectiva, a liberação das mulheres dependeria da possibilidade de os homens "ajudarem a criar as novas gerações" (Rosaldo, 1979p.60), tarefa que, por ter sido tida no decorrer da história humana como responsabilidade feminina, tem-nas impedido de alcançar o prestígio e a autonomia que a participação no domínio público propicia. Não mais dedicadas primordialmente a criar "seres humanos perecíveis", elas podem voltar-se à produção de "objetos relativamente duradouros, eternos e transcendentais" (Ortner, 1979, p.105)⁹. Como "o plano da cultura é sempre submeter e transcender a natureza" (Ortner, 1979, p.101-102), a subordinação feminina, por não mais encontrar seu fundamento lógico que pressupõe a associação dos homens com a cultura, o superior e o dominante e a das mulheres com a natureza, o inferior e o que é dominado, torna-se mais facilmente ultrapassável. Sob esse ângulo, a liberação feminina estaria relacionada à possibilidade de as mulheres se envolverem em projetos de criatividade que transcendam a mera reprodução natural da vida.¹⁰

⁸ As implicações dessa assimetria entre homens e mulheres, sobretudo no que se refere ao estabelecimento das relações de parentesco, foram analisadas em Lobato (1991).

⁹ Essa afirmativa de Ortner, que traz implícita uma desvalorização da "criação de seres humanos perecíveis" em relação à de objetos materiais, devido à maior durabilidade desses últimos, baseia-se evidentemente em uma concepção característica de certo tipo de sociedade e de certa época histórica e não em algo universalmente aceito. O mesmo se aplica à concepção de Beauvoir de que a desgraça da mulher foi "ter sido biologicamente votada a repetir a vida" enquanto "o macho humano molda a face do mundo, cria instrumentos novos, inventa, forja um futuro" (1970, p.84-85).

¹⁰ A percepção de que a destinação das mulheres à maternidade está intimamente relacionada a sua subordinação aos homens fez com que algumas feministas criassem uma reação defensiva em relação à maternidade e, conseqüentemente, aos problemas enfrentados pelas mulheres, que procuravam conciliar suas responsabilidades como mães com sua vida profissional, sobretudo nos Estados Unidos, onde a ênfase nos "direitos iguais" não se coadunava com a demanda de um tratamento especial para as mulheres como mães. Sylvia Hewlett, que viveu intensamente esse problema, afirma que: "pode-se dizer que a maternidade é o problema que o feminismo moderno não pode encarar. Minha própria experiência no Barnard College ilustra muito bem esse ponto. A faculdade, ao refutar o desenvolvimento de uma política de maternidade, exhibe profunda indiferença ao problema de conciliar as responsabilidades profissionais e maternas - a despeito da

Tais crenças, produziram, de uma forma paradoxal, para quem lutava a favor dos direitos femininos, uma reação negativa e defensiva em relação à maternidade, tanto em termos teóricos quanto práticos. Reação que aliada à ênfase dada aos "direitos iguais" induziu, em certos casos e circunstâncias, o escamoteamento ou até mesmo um certo menosprezo em relação aos problemas enfrentados pelas mulheres que procuravam conciliar suas responsabilidades maternas com sua vida profissional. Fato ressaltado por Sylvia para quem, "a maternidade é um problema que o feminismo moderno não pode encarar". (Hewlett, 1988)

No que se refere ao poder em potencial que o ato de *dar à luz* propicia e à necessidade por parte dos homens de neutralizá-lo, as considerações de Meillassoux e Godelier são bem ilustrativas¹¹. Para Meillassoux, "a subordinação aos homens das capacidades reprodutoras das mulheres" (1977, p.120) decorre da necessidade sentida por eles de instituir essa forma de dominação, a fim de obter o controle da reprodução social e, no caso específico das sociedades dominadas pelo "modo de produção doméstico", o da unidade produtiva, constituída pelos descendentes em linha masculina de um mesmo ancestral. Godelier, por sua vez, afirma que "nas formas de pensamento simbólico que legitimam a dominação masculina, o que é colocado em primeiro lugar é o controle pelos homens das mulheres fecundas, da fecundidade feminina" (1980p.22). No seu entender, a existência, em todas as épocas e lugares, de uma desvalorização das tarefas femininas e de uma valorização das tarefas masculinas, nas representações coletivas que opõem um sexo ao outro, destina-se a compensar os homens por eles não terem a capacidade que as mulheres possuem de colocar vidas novas no mundo. Esse mesmo tipo de argumentação encontra-se também em algumas feministas. Mary Daly, por exemplo, acredita que a "inveja do útero" seria uma das motivações para a persistência da dominação masculina de forma tão generalizada (Daly, 1973). Já Mary O'Brian (1981) atribui essa dominação à necessidade sentida pelos homens de afirmar sua supremacia perante o "poder reprodutivo natural das mulheres", sem a qual não lhes seria possível assegurar o acesso a uma descendência socialmente reconhecida (apud Ferguson 1989, p.15).

Pelos fins dos anos setenta, as explicações universalistas que atribuíam a

reputação do Barnard como um bastião dos direitos das mulheres" (Hewlett, 1988, p.149).

"One might say that motherhood is the problem that modern feminist cannot face. My own experience at Barnard College illustrates this point very well. The college, in refusing to develop a maternity policy, exhibited a profound indifference to the whole issue of reconciling professional and maternal responsibilities - despite Barnard's reputation as a bastion of women's rights".

¹¹ Ver também Montagu (1970) e Terray (1979).

subordinação das mulheres a uma causa única, presente nos mais diversos contextos, passaram a ser frontalmente questionadas. A explicação de Sherry Ortner quanto à universalidade da subordinação feminina, que teve e ainda tem uma grande aceitação nos dias atuais, foi diretamente criticada na coletânea *Nature, Culture and Gender*, organizada por Carol MacCormack e Marilyn Strathern. Através da utilização de um material etnográfico diversificado, demonstrou-se que atribuir a dominação masculina e a subordinação feminina à existência universal de uma associação da mulher com a natureza pressupõe a projeção em sociedades completamente diferentes umas das outras de uma concepção metafórica ou mesmo mítica da dominação da cultura sobre a natureza, produzida em uma sociedade particular, a ocidental. Segundo Gillian Gillison, um dos autores dessa coletânea, "dizer que as culturas estão primordialmente preocupadas com o domínio de seu meio ambiente é subestimar drasticamente a complexidade das cosmologias indígenas e negar a importância de diferentes obsessões" (Gillison, 1980, p.172)¹².

A polêmica em torno da existência ou não de uma opressão universal das mulheres foi ultrapassada, todavia, sem que houvesse uma corrente "vencedora". No dizer de Louise Lamphere, "os debates sobre a subordinação universal das mulheres chegaram a um *beco sem saída*" (Lamphere, 1987, p.23).¹³ Isso porque a comprovação de que as explicações universalistas não se sustentavam não implicou a aceitação unânime da *hipótese igualitarista*, defendida, por exemplo, por Sacks (1976), Schlegel (1977), Etienne, (Leacock, 1980), Peggy Sanday (1981) e Joanna Overing (1981)¹⁴. Para essas autoras, a existência pelo menos em algumas sociedades indígenas de relações igualitárias entre homens e mulheres é um fato etnográfico que não deveria ter sido menosprezado e muito menos ignorado. Por outro lado, a crença implícita na subordinação e inferiorização universal das mulheres - que, é bom lembrar, não é uma idéia nova, criada pelas feministas, mas algo profundamente arraigado no imaginário do mundo ocidental¹⁵ - tem sido, segundo Etienne, Leacock, um

¹²To say that culture are centrally concerned with dominating their environments is drastically to underrate the complexity of indigenous cosmologies and to deny the importance of different obsessions.

¹³The debate over the universal subordination of women has reached a dead end.

¹⁴No Brasil essa posição é adotada, por exemplo, por Rose Marie Muraro, que afirma, no prefácio de *O Martelo das Feiticeiras*, que entre os pigmeus e bosquímanos "o masculino e o feminino governam juntos, não há desigualdade, a vida corre mansa e paradiástica" (Muraro, 1991, p.5). É preciso ressaltar, entretanto, que essa sua visão da vida dos pigmeus e bosquímanos é por demais romântica para ser antropológica.

¹⁵Em relação a esse ponto é interessante observar conforme afirma Randle, que "por detrás do movimento feminista assim como por detrás do maior *chauvinismo* machista está o conceito de que a diferença entre os sexos deve ser sempre interpretada como de inferioridade" (Keesing, 1975, p.68), apud Milton, 1979, p.53). (Behind the feminist movement as well as behind most male chauvinism is the concept that the difference between the sexes is always to be interpreted as inferiority).

obstáculo à verdadeira compreensão das relações entre os sexos, tanto em outras sociedades quanto na nossa:

"A visão dos homens como atores sociais e das mulheres como periféricas e passivas tem determinado, há muito tempo, não apenas a construção de teorias, mas também a percepção, seleção e a organização dos dados. Até mesmo as pesquisas discordantes têm sido obscurecidas por essa tendência dominante, e seus resultados racionalizados como insignificantes" (1980, p.4)¹⁶.

Nesse novo ambiente intelectual, o postulado da "fraternidade das mulheres na opressão", que em termos políticos fundamentava a internacionalização do movimento feminista, foi sendo desacreditado por ignorar as diferenças inegáveis na experiência de vida e nas formas de opressão sofridas por mulheres de classes, cor, culturas e etnias diversas¹⁷, opressões que não se reduzem apenas às exercidas pelo sexo masculino em relação ao feminino, mas incluem também as praticadas pelas próprias mulheres umas contra as outras.

No lugar da crença em uma opressão igualmente compartilhada por mulheres de todas as épocas e lugares, ressalta-se a existência de diferenças e de oposições entre elas; no lugar do desejo de se igualar aos homens, há o orgulho de se afirmar como diferente e uma valorização da feminilidade. A prática feminista torna-se, assim, problemática. Não havendo mais um consenso em torno de interesses compartilhados *a priori*¹⁸, ela se apóia em alianças que se fazem e se desfazem de acordo com as circunstâncias e os objetivos em pauta. A afirmação da diferença não apenas entre homens e mulheres mas também entre as próprias mulheres contrasta, assim, com a da igualdade, predominante na década de setenta. Essa mudança de enfoque tem seus aspectos positivos e negativos, uma vez que a busca da igualdade pode pressupor uma valorização não-crítica e excessiva do modelo masculino a ser igualado e a afirmação da diferença revalorização exagerada e indiscriminada dos valores femininos tradicionais:

"Ambas as estratégias de luta pela autonomia das mulheres, isto é, a reivindicação da igualdade e a da diferença, têm produzido ganhos. O argumento da igualdade é mais atraente nos dias violentos do movimento, quando tudo parecia possível, e a reivindicação da diferença, quando surge

¹⁶The view of men as social actor and of women as both peripheral and passive has long determined not only theorizing, but also the perception, the selection, and the organization of data. Either dissenting research has been obscured by the dominant trend or its results have been rationalized into meaninglessness.

¹⁷Na década de setenta, a existência de outras formas de opressão, que não as exercidas pelos homens contra as mulheres, era posta em questão quase que exclusivamente pelo feminismo marxista e socialista.

¹⁸Ver Caroline Ramazanoglu (1989, p.20-21)

a desilusão. (...) Não há igualdade se os padrões da classe dominante são os únicos aplicados e os atributos positivos das vítimas, ignorados. Ainda que a celebração das diferenças aumente a vulnerabilidade das mulheres à opressão, fornecendo bases para sua racionalização, a insistência sobre a igualdade obscurece o que foi forjado no cadinho da adversidade" (Farnham, 1987, p.5)¹⁹.

Na antropologia, a utilização das noções de poder, igualdade, opressão, controle, coerção e subordinação para descrever e interpretar as relações entre os sexos em diferentes culturas deu lugar a uma reavaliação dessas noções e a uma reinterpretação do material etnográfico.²⁰ Os critérios utilizados para identificar a existência ou não de opressão feminina em uma determinada sociedade tornam-se mais sofisticados e são geralmente explicitados e não subentendidos.²¹ Há uma preferência pelo estudo de configurações culturais específicas e por investigações interculturais que abarcam um número mais restrito de sociedades. Dá-se uma atenção maior às avaliações sobre a condição feminina formuladas dentro dos parâmetros e das definições significativas para a sociedade estudada e não para a do observador. Homens e mulheres passam a ser vistos não mais como ocupantes de posições opostas e estáticas de subordinação/opressão, mas no exercício de papéis diversos em diferentes circunstâncias e épocas de sua vida. Há o reconhecimento explícito da existência de diferenças fundamentais entre a condição das mulheres nos papéis de mãe, esposa, filha, irmã, sogra e nora, principalmente em termos de poder. Essas mudanças nas investigações antropológicas sobre as mulheres fizeram, segundo Louise Lamphere, com que a antropologia passasse a ter muito mais a oferecer ao feminismo nos dias atuais do que anteriormente:

"Agora que as antropólogas feministas começaram a questionar seus próprios conceitos e categorias e a construir modelos que são historicamente mais sensíveis e específicos culturalmente, a antropologia tem muito a oferecer ao feminismo, ao sugerir que as mulheres são realmente diferentes e não iguais" (Lamphere, 1987, p.29).²²

¹⁹Both strategies in the struggle for women's autonomy, i.e., the argument for equality and the argument for differences, have produced gains. The argument for equality is most appealing in the heady days of a movement when all things seem possible, the argument for differences when disillusionment sets in... There is no equality if the standards of the dominant class are the only ones applied and the positive attributes of the victims are ignored. Yet, the celebration of differences increases women's vulnerability to oppression by providing for its rationalization, even as the insistence upon equality obscures what has been forged in the crucible of adversity".

²⁰Ver Jordanova Brown, (1981) e Gilmore (1990).

²¹Ver Begler, (1978).

²²"Now that feminist anthropologists have begun to question their own concepts and categories and to build models that are more often feminism in suggesting women are really different, not the same". historically sensitive and culture-specific, anthropology has much to same".

Nesse contexto, têm vindo à tona investigações que, em vez de mostrar a dependência e opressão das mulheres em um mundo dominado pelos homens, encontram evidências de poderes e prestígios não percebidos ou descritos anteriormente. A investigação etnográfica realizada por Annete Weiner em Trobriand, por exemplo, destaca a importância econômica e política da riqueza das mulheres em "folhas de banana", não levada em consideração por Malinowski ou por outros investigadores da região. Esse fato é ressaltado por ela ao dizer que:

"Embora em a Vida Sexual dos Selvagens (...) apareça uma fotografia em que uma mulher de Kiriwina está sentada com uma pequena cesta contendo sua riqueza, Malinowski nunca fez nenhuma referência à riqueza das mulheres em suas publicações (1980, p.275)²³.

Pesquisas realizadas em algumas vilas camponesas do sul da Espanha têm questionado a presumida falta de poder das mulheres dessa região, tidas geralmente como passivas e submissas. Gilmore, por exemplo, afirma que:

"Recentemente, os antropólogos começaram a desafiar as suposições convencionais sobre gênero no sudeste da Europa. Iniciados pelas feministas para compensar o male bias na coleta dos dados [...] e por aqueles que procuravam obter dados empíricos sobre a moral sexual [...] esses estudos revitalizaram a etnografia mediterrânea ao superar o estereótipo sexual da mulher como reticente, passiva e submissa, e do homem como ativo, poderoso e afirmativo" (1990, p.953)²⁴.

As polêmicas levantadas por antropólogos nativos, isto é, pertencentes a sociedades que até então eram apenas objeto passivo de investigação etnográfica foi um outro fator que contribuiu para enriquecer ainda mais essa autorreflexão crítica. Como exemplo desse tipo de atitude, pode-se citar Ifi Amadiume, uma antropóloga pertencente ao povo Igbo da Nigéria que realizou o trabalho etnográfico, em que se fundamenta sua tese de doutorado em antropologia pela University of London, na sua aldeia natal, Nnobi, durante os anos de 1980-82. Na Introdução da tese intitulada *Male Daughters, Female Husband*, embasada no material etnográfico coletado e em sua própria vivência, ela faz uma análise crítica da visão sobre as mulheres

²³"Although in one photograph in the *Sexual Life of Savages* (...) a Kiriwina woman is sitting with a small basket of her wealth, Malinowski never published any mention of women's wealth".

²⁴Recently, anthropologists have begun to challenge standard assumptions about gender in southern Europe. Initiated by feminists compensating male bias in data collection (...) and by others seeking to provide empirical data on sexual morality (...) these studies have revitalized Mediterranean ethnography by transcending sexual stereotypes of woman as reticent, passive, and submissive, and man as active, powerful, and assertive".

africanas geralmente presente no discurso antropológico e feminista²⁵:

Foi, na verdade, a partir do meu conhecimento do meu próprio povo que eu reconheci que grande parte do que os antropólogos e feministas ocidentais diziam sobre a falta de poder das mulheres africanas era incorreto. Não foi suficiente clamar com raiva nas conferências, ou me envolver em debates veementes com amigos. Eu decidi que era melhor voltar para casa e, com a ajuda do povo de Nnobi, escrever nossa própria história social, especialmente do ponto de vista feminino" (Amadiume, 1987, p.9).²⁶

Conforme procura demonstrar, as mulheres Igbo, apesar de serem "compradas" e de viverem casamentos polígamos, usufruem de autonomia e de poder sobre sua vida pessoal e sexual maior do que as mulheres ocidentais usufruíam tradicionalmente. Elas não se sentem, portanto, solidárias com as mulheres ocidentais em uma fraternidade mítica, enraizada em uma opressão compartilhada. Suas reivindicações e seus problemas são outros. A autonomia econômica, tão clamada pelas feministas, era e de certa forma permanece sendo uma realidade vivida para elas. Na sociedade Igbo anterior à colonização, as mulheres (esposas) tinham e continuam a ter, embora em menor escala na sociedade colonial e pós-colonial, um papel econômico primordial. Eram elas que produziam os bens de subsistência e que os comercializavam nos mercados. Eram elas também que vendiam os produtos de propriedade exclusiva de seus maridos, ficando com o lucro da venda. Com o resultado do seu trabalho elas mantinham a si próprias e a seus filhos. Algumas que conseguiam enriquecer recebiam os títulos e as honras devidas a seu espírito empreendedor.

No plano político, a percepção de que as mulheres têm interesses comuns e devem lutar pela defesa deles, tão enfatizada pelo feminismo moderno, não é novidade mas algo muito antigo. Vivendo após o casamento em aldeias patrilocais, sem nenhum vínculo de parentesco com as outras esposas da patrilinearidade, e tendo atividades econômicas separadas das de seus maridos, elas utilizavam um canal institucional tradicional, o "Conselho de Mulheres", para defender

²⁵Com isso não estou querendo dizer que as críticas de Ifi Amadiume devem ser tidas como indiscutíveis ou que sua visão *insider* das mulheres Igbo seja mais "verdadeira" do que a dos antropólogos *outsider*. As pesquisas realizadas por antropólogos "nativos" não são necessariamente mais fáceis nem seus resultados mais garantidos que as tradicionais. Se o observador de fora tem que superar uma série de obstáculos para estabelecer uma relação de empatia com o outro, o observador "nativo" precisa criar e manter uma certa distância, a fim de estranhar o que lhe parece familiar.

²⁶"It was, of course, from my knowledge of my own people that I recognized that a great deal of what anthropologists and Western feminists were saying about African women's lack of power was incorrect. It was enough to shout out in anger at conferences, or to get into heated debates with friends. I decided was best to go home and, with the help of Nnobi people themselves, write our own social history, especially from the women's point of view".

e afirmar os seus direitos. Assim, quando um homem transgredia algum regulamento concernente às atividades mercantis ou deixava o gado invadir os campos cultivados elas reagiam como um grupo coeso. Essa capacidade de reação solidária na defesa de seus interesses esteve na base do movimento de oposição e resistência violenta à taxação da produção agrícola imposta pela administração britânica durante os anos de 1929-30, denominado de "guerra das mulheres" (Amadiume, 1987, p.139)²⁷.

Um outro aspecto que diferencia a experiência das mulheres Igbo das que vivem no ocidente é a disjunção entre sexo e gênero, isto é, entre os *status* e papéis sociais definidos como exclusivamente masculinos e o sexo biológico dos que exercem esses papéis. Na sociedade Igbo, pessoas do sexo feminino podem, em certas circunstâncias, ocupar posições classificadas como masculinas, usufruindo de todos os seus atributos, inclusive o de herdar a terra e de "casar-se" com outras mulheres. Existem, portanto, mulheres proprietárias de terra, as "filhas masculinas" (*male daughters*), que como tais adquirem "esposas", tornando-se assim "maridos femininos" (*female husbands*) sem, com isso, perderem sua identidade sexual:

"A conceptualização das filhas como masculinas em questões de ritual, e politicamente em relação às esposas, é um bom exemplo dessa flexibilidade de gênero e não implica que as filhas devem ser vista como se fossem homens" (Amadiume, 1987, p.17).²⁸

Essa separação entre sexo e gênero processa-se sem ambigüidades lingüísticas, pois o termo *di-bu-no* (marido)²⁹ designa a posição social de chefe-de-família, independentemente do sexo de quem o exerce. A flexibilidade entre sexo e gênero é coerente com o idioma Igbo. Os termos *o* (ele e ela) *ia* (seu e sua) e *noa* (dele e dela) são neutros. Não há, portanto, ambigüidades lingüísticas quando se torna necessário fazer alguma referência às mulheres que ocupam a posição de *di-bu-no*, de "marido" e chefe-família em relação às suas "esposas". O prestígio e poder das "filhas masculinas" não acarreta,

27. É bom lembrar que a importância político-econômica das mulheres Igbo não é desconhecida pela literatura antropológica. Nancy Tanner (1974, p. 130-55) e Heidi Hartmann (1983, p. 200) enfatizam esse fato. A abordagem de Ifi Amadiume, no entanto, difere das outras por nos transmitir um visor *insider* da cultura Igbo e por tratar dessa questão de uma forma mais radical, além de inseri-la em um contexto cultural mais amplo.

28. "The conceptualization of daughters as males in ritual matters, and politically in relation to wives, is a good example of this gender flexibility and did not imply that daughters should be seen as man-like".

29. O uso do termo "marido" por Ifi Amadiume para expressar a posição social de *di-bu-no* pode nos induzir a pensar que os "maridos femininos" que desempenham o papel de pai em relação aos filhos de sua "esposa" têm direitos sexuais em relação a elas. Isso entretanto é uma inferência falsa que não corresponde a realidade vivida pelos "cônjuges" que mantêm esse tipo de "casamento". Esse mesmo tipo de ambigüidade ocorre com o termo *tama* trobriandês que por não expressar a relação de paternidade fisiológica que está implícita na nossa noção de paternidade foi traduzido por Malinowski por "pai sociológico".

entretanto, o desprestígio das outras "filhas" da patrilinearidade. Essas, não importa se solteiras ou casadas, desempenham um importante papel em sua aldeia natal. Cabe a elas, por exemplo, a responsabilidade de atuar a fim de manter a harmonia na comunidade doméstica de sua patrilinearidade:

"As filhas da linhagem tinham grande poder no lugar em que nasciam. O folclore das aldeias dava elas um prestígio e respeito especial, porque não importa o quão difícil uma questão fosse, acreditava-se que elas seriam capazes de resolvê-la. Era dever delas manter a casa de seus pais forte e em paz" (Amadiume, 1987, p.59).³⁰

Tais peculiaridades das relações de gênero na sociedade Igbo, desde que não sejam tomadas como algo exótico que causa certo espanto e depois é esquecido, provocam o questionamento de certas concepções sobre a condição feminina aceitas de um modo geral como válidas e aplicáveis em quaisquer circunstâncias. O fato de as esposas que se auto-sustentam serem subordinadas aos seus maridos e terem menos prestígio do que as "filhas", por exemplo, faz-nos repensar a noção de que o auto-sustento é uma chave mágica para a valorização das mulheres:

"Esse estudo mostra que as filhas em geral podem ter um status mais elevado do que as esposas. As filhas em Nnobi, que não têm uma base econômica, têm um status mais elevado do que as esposas, cujo trabalho é central para a economia como um todo" (Amadiume, 1987, p.190).³¹

As polêmicas induzidas pelas investigações antropológicas sobre as relações de gênero vão, portanto, muito além da simples comprovação ou negação da existência universal da subordinação feminina. Há reavaliações, não só de algumas das concepções tradicionais sobre as relações entre os sexos³², mas também de pressupostos teórico-metodológicos da própria antropologia.

Um dos tópicos mais interessantes atualmente no campo da antropologia e que gera

30. "Lineage daughters had strong powers in the place where they were born. Townsfolk gave them special prestige and respect, because no matter how difficult a case was, they were believed to be able to solve it, whether in the lineage at home or abroad. It was their duty to ensure that their father's household was strong and at peace".

31. "This study shows that daughters in general can have a higher status than wives. Nnobi daughters, who had no economic base, had a higher status than wives, whose labour was central to the economy as a whole".

32. Para uma visão alternativa da experiência de vida das mulheres Igbo, ver a comparação feita por Tambiah (1989) entre a "posição" das mulheres nas sociedades africanas do sul do Saara, local por excelência do "female farming systems" e consequentemente da importância econômica do trabalho feminino, e a das mulheres das altas castas do Norte da Índia, que não executam, em sua grande maioria, nenhum tipo de atividade remunerada. Para uma melhor compreensão da dualidade entre os papéis das mulheres como "irmãs" e "esposas", ver Sacks (1979).

muitas polêmicas é a questão do gênero. O debate tem provocado uma auto-reflexão crítica maior por parte dos cientistas sociais do que usualmente. Devido a essa reflexividade, a adoção nas investigações antropológicas de concepções ideológicas de poder e de relações de poder, embebidas no modelo ocidental das relações de gênero, vem sendo denunciada (Overing, 1981, p.1).³³

Isso não significa que os debates sobre as relações de gênero foram a principal fonte dessas autocríticas. É de conhecimento geral que, a partir dos fins dos anos sessenta, houve um

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AMADIUME, Ifi. Male daughters, female husband: gender and sex in an african society. London: Zed books, 1987.
- 2 ARDENER, Edwin. Belief and the problem of women. In: LA FONTAINE, J. S. (org.). The interpretation of ritual: essays in honour of A. I. Richards. London: Academic Press, 1972.
- 3 ARDENER, Shirley (Org.) Women and space: ground rules and social maps. London: Croom Helm London; Oxford: Oxford University Women's studies committee, 1981.
- 4 BATES, Daysi. The passing of the aborigines. London: John Murray, 1938.
- 5 BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- 6 BEGLER, Elsie B. Sex, status, and authority in egalitarian society. American Anthropologist, Washington, n.80, p. 571-588, 1978.
- 7 BROWN, Penelope, JORDANOVA, L. J. Opressiva dichotomies: the nature debate. In: THE CAMBRIDGE WOMEN'S STUDIES GROUP (org.). Women in society: London: Virago, 1981, p.224-241.
- 8 DALY, Mary. Beyond god the father. Boston: Bescon, 1973.
- 9 ETIENNE, Mona, LEACOCK, Eleanor (Org.). Women and colonization: anthropological perspectives. New York: Bergin, 1980
- 10 EVANS-PRITCHARD, E. E. La femme dans les sociétés primitives: et autres essais d'anthropologie sociale. Paris: universitaires de france, 1971.
- 11 FARNHAM, Cristie (org.). The impact of feminist research in the academy. Bloomington: Indiana university, 1987. Introduction the same or different?
- 12 PERGUNSON, Ann. Blood at the root: Motherhood, sexuality and male dominance. London: Pandora, 1989.
- 13 FIRESTONE, Shulamith. A dialética do sexo. Rio de Janeiro: Labor, 1976.
- 14 FRASER, Nancy, NICHOLSON, Linda. Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and postmodernism. In: ROSS, Andrew (Org.). Universal abandon? The politics of Minnesota, 1988. p.83.104.
- 15 GILLISON, GILIAN. Images of nature in Gini thought. In: MARCCORMACK, Carol, STRATHERN, Marilyn (Org.). Nature, culture, and gender. Cambridge: Cambridge University, 1980.
- 16 Gilmore, David D. Men and women in southern Spain: Domestic power revisited. American Anthropologist, Washington, n.92, p.953-970, 1990.
- 17 GODELIER, Maurice. As relações homem/mulher: o problema da dominação masculina. In: ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1980, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: s.n., [198-].
- 18 HARTMANN, Heidi. Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. In: ABEL, Elizabeth, ABEL, Emily K. (Org.). The signs reader: women, gender & scholarship. Chicago: The University of Chicago, 1983.
- 19 HEWLETT, Ann Sylvia. A lesser life: the myth of women's liberation. London: Sphere Books, 1988.
- 20 KABERRY, Phyllis M. Aboriginal woman: sacred and profane London: routledge and Kegan Paul. 1939.
- 21 LA FONTAINE, J. S. sex and age as principle of social differentiation. London: Academic Press, 1978.
- 22 LAMPHERE, Louise. Feminism and anthropology: the struggle to reshape our thinking about gender. In: FARNHAM, Cristie (Org.). The impact of feminist research in the academy. Bloomington Indiana University, 1987. p.11-33.

- 23 LANDES, Ruth. *The Ojibwa Woman: male and female life cycles among the Ojibwa indians of western Ontario*. New York: Norton, 1938.
- 24 LOBATO, Josefina Pimenta. *Troca de mulheres: destino ou opção*. Anuário Antropológico - 1988. Rio de Janeiro, 1991.
- 25 MacCORMACK, Carol, STRATHERN, Marilyn (Org.). *Nature, culture and gender*: Cambridge University, 1980.
- 26 MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- 27 MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- 28 MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- 29 MELLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1976.
- 30 MILTON, Kay. *Male bias in anthropology*. Man, London, n.14, p.39-54, 1979.
- 31 MITCHELL, Juliet; OAKLEY, Ann. *The rights and wrongs of women*. Middesex: Penguin Books.
- 32 MONTAGU, Ashley. *A superioridade natural da mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- 33 MURARO, Rose Marie. *Breve introdução histórica*. In: KRANER, H., SPLENGER, J. (Org.). *O martelo das feiticeiras: malleus maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- 34 O'BRIEN, Mary. *The politics of reproduction*. London: routledge, 1981.
- 35 ORTNER, Sherry. *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* In: ROSALDO, Michele, LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.95-120.
- 36 OVERNIG, Joanna. *Men control women? "The catch 22" in the analysis of gender*. London: London School of Economics, 198-.
- 37 RAMAZANOGLU, Caroline. *Feminism and the contradictions of oppression*. London: Belling, 1989.
- 38 REITER, Rauna (Org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review, 1975.
- 39 ROSALDO, Michelle Z. *A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica*. In: ROSALDO, Michelle, LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- 40 ROSALDO, Michele Z., Lamphere, Louise (Org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. *A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica*. p.33-64.
- 41 SACKS, Karen. *Sisters and wives: the past and the future od sexual equality*. Westport: Greenwood, 1979.
- 42 SACKS, Karen. *State bias and women's status*. American Anthropologist, Washington, n.78, p.565-569, 1976.
- 43 SANDAY, Peggy. *Female power and male dominance: on the origins of sexual inequality*. Cambridge: Cambridge University, 1981.
- 44 SCHLEGEL, Alice (Org.). *Sexual stratification: a crosscultural view*. New York: Columbia University, 1977.
- 45 ITAMBIAH, Stanley J. *The position of women in sub-Saharan Africa, and North India*. Current Anthropology, Chicago, n.30, p.413-435, 1989.
- 46 TANNER, Nancy. *Matrifocality in Indonesia and Africa and among black americans*. In: ROSALDO, Michelle, LAMPHERE, Louise (org.). *Woman, culture and society*. Stanford: Stanford University, 1974. p.129-156.
- 47 TERRAY, Emmanuel. *O marxismo diante da sociedade primitiva*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- 48 WEINER, Annette. *Stability banana leaves: colonizations and woman in kiriwina, trobriand islands*. In: ETIENNE, Monna, LEACOCK, Eleonor (Org.). *Women and colonization: anthropological perspectives*. New York: Bergin, 1980. p.270-293.